

O PROEJA E O CURRÍCULO INTEGRADO

THE PROEJA AND INTEGRATED CURRICULUM

José Raimundo Carvalho

Professor do Instituto Federal do Pará (IFPA) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Resumo

Este artigo objetiva fazer uma relação da avaliação curricular da disciplina informática e sua disposição no currículo integrado do curso de informática do PROEJA no CEFET-PA enquanto proposta contributiva de produção de saberes e estratégias utilizadas entre o currículo formal e o ideal. Apóia-se nos autores indicados na bibliografia e, Indica a relação trabalho e educação como prática essencial do aprender a aprender e do aprender a fazer como possibilidade de ascensão a escolaridade e a profissionalização de jovens e adultos considerando as condições de acesso e permanência na escola como elemento facultativo no processo de exclusão social. Faz referência ao PROEJA em suas características e concepções mediante o documento base e aduz a relevância de professor no papel gestor-executor do currículo prescrito.

Palavras-chave: Avaliação, currículo e informática.

Abstract

This article aims to make an assessment regarding the discipline of computer science curriculum and its provision in the integrated curriculum of computer science at the PROEJA CEFET-PA as a proposal to pay for the production of knowledge and strategies used between the formal curriculum and the ideal. It draws on the authors in the bibliography, and indicates the relationship between work and education as an essential practice of learning to learn and learning to do as the possibility of rising education and professional development of young adults considering the conditions of access and permanence in school as optional element in the process of social exclusion. PROEJA refers to its features and concepts through the document base and raises the importance of teacher-leadership role in implementing the prescribed curriculum.

Key-words: Assessment, curriculum and information technology.

1. Introdução

A qualidade da educação pública no Brasil como prática essencial do aprender e do fazer nos tempos atuais, tem possibilitado encaminhamentos com vistas a estudos em diversas áreas do saber. Principalmente, no que concerne a relação trabalho e educação por considerar um fator fundamental para desenvolver atitudes favoráveis a uma educação de qualidade, ocasião em que os alunos podem perceber a relevância social de sua atuação e, ao mesmo tempo reunir elementos conceituais para melhor operacionalizar os processos educacionais em que são participantes.

O processo de construção e reconstrução de uma educação capaz de possibilitar ao cidadão o aprender a apreender e aprender a fazer, com fins de formação profissional e inclusão social, conduz a análises de processos curriculares implementados nos sistemas de ensino, a fim de que se possa compreender e explicitar conceitos processuais, históricos e sistemáticos, considerando a avaliação curricular como ação emergente na implantação de currículos desde a idealização e a sua realização, porque na educação, mais do que em qualquer atividade humana, o cidadão deve ser motivado à participação permanente da construção do seu conhecimento.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no bojo de sua legislação, evidencia-se ao validar possibilidades de ascensão à escolaridade e a profissionalização de pessoas que em situações diversas foram afastadas ou não tiveram a oportunidade de prosseguir seus estudos tornando-se sujeitos a margem do sistema de ensino em consequência a fatores como: raça/etnia, cor e outros, que facultam a problemática da exclusão social, seja no mundo do trabalho, na proteção do estado de acesso a escola e permanência nela ou ainda, pela distância existente entre o currículo formal e o ideal, implementados nos sistemas de ensino, num plano destinado a atingir fins específicos.

2. A educação e o PROEJA como política educacional

A Constituição Federal, em seu artigo 205 (BRASIL, 2004), estabelece que "a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família". Apesar disso, o que tem se demonstrado através dos órgãos que

pesquisam índices educacionais no país, é a completa falência da educação, que não se ajusta aos princípios do Art.206, da mesma lei, incisos I – "Igualdade de condições para acesso e permanência na escola" e, II – "Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber".

Dados fornecidos no último levantamento do Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional-INAFA, do Instituto Paulo Montenegro, Ioschpe (2006): apenas 26% da população brasileira de 15 a 64 anos são plenamente alfabetizadas, isto significa que 74% dessa população não é capaz de ler e compreender um texto mais elaborado; e ainda, só 23% pertencente a essa faixa de idade consegue resolver um simples problema de matemática que envolva mais de uma operação e apenas esse mesmo grupo tem capacidade para entender gráficos e tabelas.

O autor problematiza nossa eficiência escolar em todos os níveis e etapas do ensino, e pergunta como poderia ser possível ensinar matemática, química ou geografia, sem o domínio pleno da nossa língua, sem contarmos com cidadãos plenamente alfabetizados? Ele nos deixa perceber sua visão do aluno brasileiro, que se constitui de sucessivos insucessos ou de progressões cujo mérito poderia se questionar, ao nos revelar que aos 14 anos de idade, por exemplo, praticamente 2/3 dos alunos estão defasados, cursando uma série destinada a pessoas de menor idade. É ainda mais desalentador olhar para o ensino médio, pois, dos 5,7 milhões de alunos que entram na primeira série do ensino fundamental só 2,4 milhões chegam à última série do ensino médio e ainda assim com desempenho muito aquém.

Afirma ainda que em sua última edição, o teste PISA da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE testou jovens de 15 anos de quarenta países, o Brasil amargou o último lugar em matemática, o penúltimo em ciências e o 37 em leitura. Esses dados demonstram, e não há como refutá-los, que nossa educação acumula uma série de deficiências e deixam rastros destruidores para a vida dessas pessoas e do próprio país que não consegue inseri-las no sistema produtivo e não dispõe de sua força para construção do seu desenvolvimento. Esse cenário de desestímulo se evidencia ao aluno e pode representar um empecilho à sua própria motivação ao estudo, contribuindo para aumentar o abandono escolar.

Para Neumann (2006), o Brasil é um país de grandes contradições, de um lado é extremamente rico em recursos humanos, naturais e tecnológicos, e de outro apresenta miséria, desemprego e violência, isso se

revela, em desigualdades e injustiça social confirmados pelos dados do ano de 2003 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA segundo o qual, 1% dos brasileiros mais ricos – 1,7 milhão de pessoas - detêm 13% da renda domiciliar, percentual esse que se aproxima do que detêm os 50% de brasileiros mais pobres, que equivalem a 86,9 milhões de pessoas.

Essa realidade força que se repense a educação enquanto política e como um processo com base na interação, para que por meio dela o cidadão possa se tornar sujeito ativo, criativo e participativo; por meio da aprendizagem e continuidade dos estudos. Inegavelmente, a exclusão social que verificamos hoje, em todos os níveis, tem sido agravada pelos deficientes processos de aquisição e construção do conhecimento.

Barone (2002) colabora para entendermos que essa dívida social vai se acumulando como fruto das relações sociais e econômicas, bem como das opções políticas adotadas ao longo de nossa trajetória histórica. Some-se a isso um aprofundamento desses desníveis, na última década, resultante de intensas transformações no mundo produtivo, na ordem mundial com grande influência do desenvolvimento tecnológico. Ao situar este cenário produtivo a autora evidencia a redefinição do papel do Estado, o fortalecimento do indivíduo como ator central da história em relação ao coletivo e a inauguração de uma relação público-privado com a iniciativa privada, à livre concorrência e às leis de mercado.

Moreira (2006) reforça esses argumentos analisando que o Brasil, por razões históricas, acumulou um enorme conjunto de desigualdades sociais no tocante à distribuição da riqueza, da terra, do acesso aos bens materiais e culturais e da apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Com isso, a inclusão social tornou-se um dos grandes desafios do nosso país. O autor entende a inclusão social como sendo a ação de proporcionar a populações, que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens.

De forma mais ampla, diz o autor, inclusão social é propiciar condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente.

A Lei 9.394 (BRASIL, 1996), no art. 37, institui e oportuniza a educação àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na

idade regular através da Educação de Jovens e Adultos – EJA, que, como modalidade educacional é de grande relevância na perspectiva de ampliar as chances de pessoas que estiveram fora do sistema de ensino vigente no país. Atualmente há um grande esforço de educadores, políticas educacionais e dos próprios jovens e adultos para possibilitar o retorno escolar para complemento ou continuidade dos estudos a esse público, que por diversas razões, tem ficado retido ou excluído dos processos escolares, não sendo realizada assim sua inclusão através do processo efetivo de educação como condição real de escolarização.

É assim que o PROEJA surge no cenário das políticas sociais de inclusão, ele representa uma convergência de ações para melhoria das condições de domínio dos elementos básicos à vida social de jovens e adultos, além da qualificação para o mundo produtivo e melhoria ou elevação da condição de vida desses cidadãos e, dos índices de desenvolvimento do país.

O PROEJA originou-se pelo Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, pela necessidade de resgatar e inserir no sistema escolar brasileiro milhões de jovens e adultos possibilitando-lhes acesso à educação e a formação profissional na perspectiva de uma formação integral. Adquiriu nova redação pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006a), conforme diretrizes estabelecidas e abrangerá cursos e programas de educação profissional de formação inicial e continuada de trabalhadores, a fim de responder a necessidade premente da oferta de educação profissional técnica integrada ao ensino médio a jovens e adultos visando à elevação da escolaridade, assim como a inclusão de jovens e adultos pertencentes às classes populares no sistema público da educação profissional.

3. PROEJA: características e concepções

As orientações do PROEJA preconizam a necessidade de políticas educacionais bem consolidadas e articuladas como função estratégica para o desenvolvimento de uma nação. A história tem comprovado que para haver desenvolvimento econômico precisa haver desenvolvimento social e cultural, papel que a educação desempenha de criar, produzir, socializar e de se re-apropriar da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade. Logo, de acordo com o documento base do PROEJA, seu nascimento se dá com propósito de ser um instrumento de resgate da

cidadania de uma imensa parcela de brasileiros expulsos do sistema escolar por problemas encontrados dentro e fora da escola (BRASIL, 2006b). E mais, que essa política de educação profissional alcance não somente os jovens do ensino regular, mas com a mesma qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, também aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou que a ela não tiveram acesso nas faixas etárias regulares que é preconizado pela LDB.

A perspectiva da formação no PROEJA é a educação integral e a superação da dualidade existente na educação brasileira entre teoria e prática, entre ensino para pensar e ensino para executar, que por questões políticas se faz presente em nossa realidade educacional distinguindo também os futuros, de uma classe e de outra.

A situação brasileira esclarece os documentos norteadores, exige a construção de um projeto de desenvolvimento nacional auto-sustentável e inclusivo que articule as políticas públicas de trabalho, de emprego e renda, de educação, de ciência e tecnologia, de cultura, de meio ambiente e de agricultura sustentável, identificadas e comprometidas com a maioria, para realizar a travessia possível em direção a um outro mundo, reconceitualizando o sentido de nação, capaz de acolher modos de vida solidários, fraternos e éticos.

4. PROEJA: para quem e por quem

O Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, assim como a própria EJA, trabalha com pessoas que hoje estão à margem da sociedade elitizada e do sistema educacional regular. Seus rostos ainda não se conhecem, mas a EJA e o PROEJA, têm como público-alvo jovens e adultos que estão fora do sistema de ensino há muito ou pouco tempo, e que geralmente são migrantes das áreas rurais, com baixo nível de instrução escolar e procuram resgatar o tempo perdido em busca de uma escolarização capaz de lhes assegurar melhores condições de vida social e profissional.

Se o público-alvo é peculiar, os agentes educacionais, gestores, professores, assessorias e avaliação, que se envolverão com eles por meio da proposta de integração trabalho e educação, também precisa se diferenciar, pois, segundo o documento base PROEJA (BRASIL, 2006b), qualquer programa educacional para funcionar e ter qualidade necessita de uma

proposta político-pedagógica clara e bem definida para que possa atender as reais necessidades de todos os envolvidos no sistema.

É de se esperar o comprometimento com os objetivos dessa modalidade, como agentes solidários na produção coletiva de um novo projeto social, dentre eles, gestores públicos (MEC e Secretarias Estaduais e Municipais) com necessárias articulações políticas, como garantia para uma oferta perene de qualidade e gerenciamento adequado; servidores sensíveis às realidades dos educadores e da especificidade da EJA; professores que assumam o papel de mediadores e articuladores da produção coletiva do conhecimento; educandos, com uma participação ativa e o aproveitamento de uma escolarização contínua e de qualificação profissional.

Como um dos principais executores de qualquer proposta educacional, o professor tem um papel diferenciado e de muita relevância para o seu andamento e resultados. De acordo com a UNESCO (2004), o papel do professor, sua formação, competências e carreira constituem temas de debates e políticas, mas com frequência passa-se ao largo das várias dificuldades que caracterizam a realidade vivida pela maioria deles e das escolas do país como baixos salários, formação muitas vezes precárias, que podem levar a perda da identidade e da dignidade desse profissional que necessitam ser resgatados.

No entanto, o mundo globalizado trouxe mudanças aos campos econômicos, políticos, tecnológico, social e cultural, exigindo mudanças nas concepções sobre a educação e o ensino, produzindo um movimento de reavaliação do papel do docente e da escola. Esse conjunto de aspectos também sinaliza para a importância e necessidade dos processos de formação inicial e continuada desses profissionais afim de melhor possibilitar a compreensão da relação trabalho e educação como princípio educativo e formação social do trabalhador.

A realização do PROEJA, entretanto, não é grande feito apenas do professor, mas também, daqueles que podem contribuir satisfatoriamente na formação de jovens e adultos ou, afetar o desempenho na escola e no trabalho, tal qual o sistema de comunicação entre dirigente e subordinado, o tipo de liderança, os fatores motivacionais que impulsionam os trabalhadores a terem melhor ou pior desempenho no trabalho e, assim satisfazerem direta ou indiretamente suas necessidades.

Há de se considerar que o comportamento das pessoas é intencional, objetivando a obtenção de metas ou resultados. Por conseguinte, na medida em que organizações proporcionam possibilidades diretas ou indiretas de obtenção de metas pessoais, nessa mesma medida a pessoa

estará disposta a considerar sua vinculação a participação na atividade organizacional e receber retribuições que lhe interessam como salário, bom trato, promoção, prestígio e outros que possam satisfazer seus anseios.

O documento norteador do PROEJA (BRASIL, 2007) indica que "a formação de professores e gestores objetiva (...) a sistematização de concepções político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo" (p. 60) e para isso, a Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação, como gestora nacional do Programa, será responsável pelo estabelecimento de programas especiais de formação de formadores e para pesquisa em educação de jovens e adultos, através de: a) oferta de programas de especialização em educação de jovens e adultos como modalidade de atendimento no ensino médio integrado profissional (p. 45).

5. O professor e o currículo na formação de jovens e adultos

As mudanças ocorridas nos campos da economia, político-cultural, educação e ensino e outros, exigindo melhor compreensão à operacionalização sobre trabalho e educação, conduz a reavaliação do papel do docente a uma concepção de participação na construção, reconstrução e implantação curricular de sistema de ensino. Um esquema que ao este é relegado, a não ser o papel de mediador entre a proposta formal e realizada enquanto sujeitos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem na formação discente-cidadão.

Observando-se o esquema de Hilda Taba (1962) apud Roldão(1993,p.55) em que distingue o processo de desenvolvimento curricular em duas etapas "design ou concepção e implementação do currículo", numa análise conjuntural, o docente enquanto gestor de currículo em espaço escolar não é participativo na seleção, definição dos objetivos, organização de disciplinas e outros elementos constitutivos da primeira fase do currículo que por questões administrativas-pedagógicas não o estimulam a voltar olhar para o currículo como processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos (Bobbitt, 1918) apud (Silva, 2007,p. 12).

Por outro lado, na segunda fase que é a implementação, sua atuação passa a ser magnânima de um dever assumido com alguém ou algo, em que sua responsabilidade em operacionalizar estratégias de desenvolvimento de aprendizagem, seleção e classificação de conteúdos, molda-se a situa-

ções de articulações com fins de um processo avaliativo das proposições curriculares veiculadas no sistema de aprendizagem do aluno.

Simultâneo ao papel do professor, o aluno-cidadão é o elemento regulador do processo em que este, terá de organizar sua ação de implementação curricular e de gestão de maneira a possibilitar o desenvolvimento adequado do processo de regulação dos diversos componentes a serem seqüenciado, estabelecidos a nível de aprofundamento de conteúdos como meta a atingir a qualidade da educação promulgada pela carta magna do País.

Pouco se fala em relação ao elemento regulador que se posiciona ao extremo da implantação de um currículo, embora, haja a percepção de que o objetivo do currículo seja a obtenção de resultados voltados para a relação trabalho e educação através de procedimentos e métodos, posicionando a escola em seu funcionamento nas relações sociais como mediadora das intencionalidades da economia de um País e do mundo do trabalho.

Ressalta-se, que o cidadão-trabalhador para obter sucesso na relação trabalho-educação coloca-se, no plano emergencial definido pelo "currículo" palavra do latim com o significado "corrida" e se vê envolvido não somente no querer ser, mas muitas vezes, naquilo que é conduzido a ser, tendo em vistas o atendimento às necessidades pessoais e sociais que lhe são impostas pelo processo educacional contributivo do sistema de ensino através de seu conteúdo.

Silva (2007) afirma que o currículo deve responder a quatro questões básicas: "1. que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir?; 2. Que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos?; 3. como organizar eficientemente essas experiências educacionais?; 4. como podemos ter certeza se esses objetivos estão sendo alcançados?" Mas, aponta que somente a primeira diz respeito ao currículo porque trata-se de ensino e instrução.

Os atos, de ensinar e de instruir apontados pelo autor são definições clarificadas no dicionário Houaiss, ambos pela transferência de conhecimento, como a soma de atos e diligências esclarecedoras e elucidadoras, num pretenso legado ao exercício do professorado, prenúncio, que implica o papel do professor no currículo como ação de gerar e executar. Um processo que dependendo da circunstância em que é conduzido considera estudos a serem efetivados sobre os próprios estudantes trabalhadores num procedimento de possibilidades de elevação de vida pessoal e profissional desses cidadãos.

Vale lembrar que por circunstância o cidadão possui propósitos deliberados e, busca simultaneamente espaços na sociedade a fim de resolver problemas relacionados ao trabalho e educação e, o "currículo" é o mediador entre cidadãos e estado, entre sociedade e economia, entre a exclusão social, educação e trabalho. Logo, experiências educacionais; organização eficiente dessas experiências e certeza de objetivos a serem alcançados, são características de "avaliação" a que o currículo deve se propor, com vistas a atingir objetivos educacionais e sociais.

A avaliação curricular do curso de informática do PROEJA no CEFET-PA no percurso de sua investigação, busca analisar, como foram efetivadas a estruturação e organização dos elementos predominantes e norteadores que definiram o currículo e o perfil dessa habilitação. Tem ainda, a finalidade de contribuir com o processo de formação do trabalhador através de espaços propícios de reconstrução de elementos curricular que possibilitem a obtenção conhecimentos e habilidades necessárias ao desenvolvimento cognitivo e intelectual, como meio do cidadão inserir-se na sociedade e no conjunto de atividades produtivas para alcançar um determinado fim.

A informática, palavra portuguesa do francês *informatique*, vocábulo criado por Philippe Dreyfus (1962) que sendo dicionarizado em Portugal assume o sentido de ciência da computação e no Brasil como conjunto de ciências de informação é na educação, disciplina técnica e tecnológica destinado ao tratamento de informações mediante ao uso de computadores. Mais do que um conjunto de conhecimentos utilizados no ensino é, também, de interesse geral e conhecimento público mediante sua divulgação pelos meios de comunicações como a televisão, a transmissão via rádioacústica, a escola e outras agências de ensino e, isso carece de um tratamento curricular com vistas a atingir resultados positivos no processo educacional dos cidadãos trabalhadores que retornam ao seio escolar em busca conhecimento que facilite a interatividade.

Virilio (1999, p.9) aponta que a " experiência do pensamento está na origem das ciências experimentais" e pergunta " como não observar esse procedimento (...) em favor de procedimentos instrumentais e digitais capazes (...)de estimular o saber?

A proposição do autor remete a olhar a disciplina informática como componente curricular técnica e tecnológica emergente no cenário educacional como uma forma de se adquirir aprendizado sistematizado, mediante procedimentos que visam estimular e intensificar o saber construído, caracterizando-se no tempo, no espaço e nos sistemas de

ensino, não somente como concepção de informação e conhecimento, ou simples diálogo entre o usuário e o sistema de comunicação com a máquina, mas também, como possibilidade de construções e realizações pessoais e coletivas de produção de saberes de certa forma automatizados pela internet pelos dispositivos mecânicos e eletrônicos que servem para agilizar e otimizar esses saberes e serviços.

Isso remete a Lewy (1999, p. 11) *Meu otimismo, contudo, não promete que a internet resolverá em seu passe de mágica, todos os problemas culturais e sociais do planeta*. Seu "otimismo" nosso otimismo parece conciliar com perspectivas de autores de currículo de programas de informática, como também, dos cidadãos, cuja intencionalidade é adquirir formas de domínio entre o virtual e o real a fim de compreender os mecanismos instrucionais pertinentes a uma habilitação em informática, num processo de criação e recriação de habilidades voltadas a sua participação no trabalho e educação e na sociedade.

A manifestação em ver as coisas pelo lado bom no mundo em que vivemos, mesmo com restrições é, solução favorável as perspectivas da busca de melhorias de ensino e de construção de vida intelectual e social, mesmo que nem sempre possa resolver os problemas emergentes do cotidiano. Mas, há de se considerar que o homem enquanto ser humano e social encontra-se em luta constante pelo viver, empenha-se na tentativa de superação pessoal e social resultante do processo de coleta e processamento de informação que o ajuda a resolver partes dos problemas que o aflige.

O autor (1999, p. 169) considera ainda que "Os sistemas de ensino encontram-se hoje submetidos às novas restrições no que diz respeito à quantidade, diversidade e velocidade de evolução dos saberes"

Essa situação é inerente a informática e sua relação com o ato de receber e processar informação mediante o uso de computador ou rede de computadores, via de regra, tem sua complexidade, seja de acesso mínimo disposto ao cidadão trabalhador, face a sua disponibilidade temporal e espacial-conjuntural, seja a precariedade das formas de transmissão de conhecimento em que o professor-gestor se vê envolvido nos sistemas de ensino. Seja ainda, a metodologia utilizada nas prescrições dos currículos, organização e legalização das regras instituídas de um sistema maior, sem muitas vezes se perguntar se os elementos constituintes do currículo proposto são formas econômicas de obtenção de resultados positivos ou, se as situações não previstas que podem emergir trarão conseqüências desfavoráveis ao programa implementado. Considerando-se

também, os sistemas de ensino abertos como a educação à distância, gestada pelas instituições de ensino e meios de comunicações como a televisão, a internet, e outros.

Os aspectos abordados acima pelo autor levam-nos, a considerar que a avaliação curricular expressa sua ação no momento curricular ora vigente e nos elementos emergentes não previstos pelo autor ou autores do currículo; que ela seja um instrumento entre outros, necessária ao processo de verificação e acompanhamento de atividades educacionais, atos de ensino e informação, objetivando a reflexão do papel do currículo na educação de jovens e adultos; como também compreender que a instituição, como gestora, pode oferecer ou não condições para que seus membros realizem seus anseios e metas pessoais na implementação do currículo.

Considerações finais

O interesse pelo projeto de dissertação de Mestrado em Educação "Avaliação curricular do curso de informática do CEFET-PA" implica num olhar à Educação de Jovens e Adultos EJA/PROEJA como um processo complexo que envolve a construção e (re) construção de cidadania tanto do aluno quanto do professor. Acredita-se que esse processo possibilitará resultado prático através das mudanças de mentalidades e de atitudes do indivíduo, quando levados a compreenderem o mundo e compreenderem-se no mundo, como seres capazes de criar, modificar, socializar e refletir sobre sua atuação na sociedade, perpassando pela família, a escola e inserindo-se na sociedade.

No entanto é preciso considerar o papel que a avaliação representa no currículo e para o currículo, uma vez que este é uma proposta, e a avaliação é o momento em que se estuda metodologicamente essa proposta e seus resultados de forma crítica e comprometida, com vista a repensar procedimentos na promoção de formação de sujeitos trabalhadores.

Referências bibliográficas

- BARONE, Rosa Elisa M. Educação e políticas públicas: questões para o debate. In: SENAC. *Boletim Técnico do SENAC*. São Paulo, v.26, n.3, 2000.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Decreto nº 5 840 de 13 de julho de 2006*. Institui no âmbito federal o programa nacional de integração da educação profissional com o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. *Documento base*. Brasília, 2006b.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ. *Projeto do curso de especialização em educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos*. Belém, Pará: CEFET-PA, 2006.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro.

GOLBERG, M. A. A. Avaliação e planejamento educacional: problemas conceituais e metodológicos. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 7, 1973.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 8. ed. Petrópolis : Vozes, 2001.

150

IOSCHPE, G. Opção pelo subdesenvolvimento. Veja, jul/2006 (ver a referencia melhor) *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996* – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

MOREIRA, I. C. A inclusão Social e a Popularização da ciência e Tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, Brasília, v.1, n.2, abr./set. 2006.

NEUMANN, Z.A. Conhecimento e solidariedade que geram inclusão social – o caso da pastoral da criança. In: *Inclusão Social*. Brasília, v.1, n.2, abr./set. 2006. Nova Fronteira, 1986. 2 ed. rev. e aum.

SIMON, H. *Administrative behavior*. 2 ed, New York-U.S.A.: McMillan, 1957.

TORO Á. F. Diferencias en el perfil motivacional de gerentes de empresas públicas y privadas. In: *Revista Latino-americana de Psicología*. Medellín-Colômbia. v. 25, n. 3, 1993.

UNESCO. Pesquisa Nacional: *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. São Paulo: Moderna, 2004.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Inform%C3%Atica>

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade; Uma introdução as teorias do currículo – 2ª Ed., IIª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROLDÃO, Maria do Céu. Os Professores e a Gestão do Currículo, Perspectivas e Práticas em Análise – Porto Editôra, LDA, – 1999.

Virilio, Paul, 1932. A bomba informática / tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

LEVY, Pierre. Cibercultura / tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

BCH-PERIODICOS

Enviado para publicação: 25.10.2010
Aceito para publicação: 25.01.2011